



DANNI CONEGATTI

daniconegatti@gmail.com



Doutor e mestre em educação (UFRGS), licenciado em Letras-Inglês (Estácio de Sá) e bacharel em Relações Públicas (UFRGS). Pessoa transmasculina não-binária, foi um dos idealizadores do curso popular preparatório para o ENEM chamado TransENEM, na cidade de Porto Alegre e com enfoque à época no público trans.

Danni Conegatti

SOBRE NOSSAS/OS ALIADAS/OS NA ACADEMIA: UMA CARTA-ENSAIO À RICHARD MISKOLCI

Danni Conegatti

Recentemente, repercutiram afirmações que Richard Miskolci, sociólogo e estudioso de gênero, fez em seu livro *Batalhas morais: Política identitária na esfera pública técnico-midiatizadora* de 2021, sobre os conceitos de cisgenerideade e cismodernidade. Mais precisamente, o autor os tachou de *novilíngua* - termo retirado do livro 1984 de George Orwell - e, nesse sentido, como uma espécie de desserviço aos estudos de gênero e sexualidade. Na mesma época, Richard [1] também cedeu uma entrevista ao portal *Extra Classe* (Marcelo, 2021), na qual fez outras afirmações consonantes com seu livro, agora, no entanto, enfocando na concepção de não-binariedade enquanto identidade ou auto-designação/auto-affirmação, assim como nas adaptações linguísticas propostas pela linguagem inclusiva - também nomeada neutra ou não-binária.

Em texto do mesmo ano, publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil*, Sofia Fávero e João Gabriel Maracci

(2021) defenderam de forma academicamente e politicamente competente a necessidade da existência dos termos cisgeneridade e cismoralidade. Quero recuperar alguns pontos do texto desses autores e avançar nas críticas oferecidas por Richard, sobretudo aquelas levantadas na entrevista já citada. Isto porque, acredito, a entrevista traz à tona alguns elementos que talvez não tenham sido totalmente contemplados na análise de Sofia e João. Sugiro, no entanto, que a leitora ou leitor desse texto reserve alguns minutos para ler a entrevista a que me refiro, porque conhecê-la será primordial para uma apreciação satisfatória do que aqui escrevo.

No entanto, dou sequência a este texto na forma de uma conversa com você, Richard. Isto porque acredito que o momento convida a uma postura menos combativa, sobretudo porque entendo e respeito sua trajetória acadêmica e social. Acredito, ainda, no poder da conversa, e penso que este seja um elemento a ser preservado nos movimentos acadêmicos, inclusive como resistência a uma política de embates de ego.

DO ATO DE NOMEAR

Começo esta conversa destacando um ponto em comum entre seu livro e sua entrevista, Richard, que é a crítica aos termos de gênero prefixados com "cis". Você argumenta que os termos "cis" e "cismatrizidade" promovem uma concepção estática de gênero, ao pressupor uma coerência no processo de autoidentificação de gênero e sua manutenção ao longo do tempo. Sustenta que esse reconhecimento é falacioso, uma vez que a coerência de gênero não é universalmente observada nas pessoas; ao contrário, é uma construção social que, na prática, tende a se desfazer em maior ou menor grau. Ao que parece, para você, Richard, adotar a categoria de cisgeneridade seria endossar a ideia de que o gênero é estático, imutável e uniforme.

Para abordar adequadamente esta questão, acredito ser fundamental refletir sobre o poder político do ato de nomear. Nomear, como discutido pela teoria de Judith Butler (2013), é convocar à interpelação. Algo como um "nomeio [a coisa], logo, ela existe". Como sabemos, a palavra "homossexualidade" foi inventada como oposição à heterossexualidade. Antes de ser nomeada heterossexualidade, a relação e atração sexual entre um homem e uma mulher era tomada como um referente óbvio

e absoluto e, por isso, não cabia nomeá-la. Não cabe aqui resgatar a origem do termo “heterossexualidade” - até porque esse resgate já foi realizado por diversos autores, como Jonathan Katz (1996) - mas lembrar que a palavra heterossexual, com registros oriundos de dicionários (como o médico Dorland) datados do início dos anos 1900, era definida como “um apetite anormal ou pervertido em relação ao sexo oposto” (Brandon, 2017, s.p.). Apenas posteriormente, ainda no século XVIII, que os dicionários passam a adotar a palavra para designar a “manifestação de paixão sexual por alguém do sexo oposto” (*Ibidem*). O que muda? Sobretudo, a linguagem.

Nomear é instigar a reflexão sobre algo. É necessário dar um nome a um fenômeno para que as pessoas possam verdadeiramente refletir sobre ele. Kübra Gümüşay (2023, s.p.) explora essa ideia ao defender a importância de dar nome às coisas: “o termo assédio sexual precisou ser criado para que pudesse ser dado um nome ao que vinha incomodando as mulheres ao longo dos séculos, mas que, justamente por não ser nomeado, permanecia como um incômodo, sem potencial para interpelação”. Era assédio, mas era mais que isso. Era sexual, mas era mais que isso.

E ao final do parágrafo, quase consigo ouvir sua voz, Richard, ao fundo, indagando: já não questionávamos os binômios de gênero antes da criação do termo cisgeneridade? De fato, os estudos de gênero e sexualidade estão há muito tempo empenhados em tornar nítido o caráter construído e o poder interpelativo dos seus temas de pesquisa. No entanto, e nem por isso, rechaçam o uso de termos como homossexualidade, heterossexualidade ou mesmo transexualidade com o intuito de definir um modo de existência que daria conta, seja de uma concepção específica de gênero, seja de uma concepção específica de sexualidade. Por que o termo cisgeneridade não teria o mesmo efeito? Digo mais, não seria a criação da palavra uma forma de desconstruir a visão de transgeneridade enquanto *outro* ou *diferente*? Ora, a partir do par de antônimos, oferecemos alternativas. E sim, sabemos, como alertou Guacira Louro (2003), que o primeiro elemento do binômio tende a ser o referente, o detentor de mais poder. Curiosamente, refletir sobre a cisgeneridade nos leva a considerar os limites da própria transgeneridade.

Agora, é óbvio que nomear é também um processo de simplificação. E é justamente por isso que, assim como Sofia e Gabriel (2021), percebo a relevância do segundo

termo questionado por Richard: cismoralidade. Se cisgênero nos fala de uma condição ou expressão social, assim como homo ou heterossexualidade, cismoralidade refere-se a um fenômeno que expressa os efeitos que essa condição, ao tornar-se o centro, o referente, a norma, causa na tecitura social e na produção de subjetividade humana. Efeitos que produzem privilégios e violências, conforto e sofrimento, ainda que, dentro de uma noção matricial de gênero - para manter o alinhamento com o conceito butleriano de matriz heterossexual (2013) -, todas as pessoas estejam suscetíveis, em maior ou menor medida, a sofrer violência.

DO ATO DE CRITICAR

Acredito ser importante reiterar que meu propósito aqui não é reprimir críticas ou questionamentos a conceitos. O direito ao questionamento e à crítica é um dos fundamentos da prática científica, o que a distingue, por exemplo, da religião. O direito de questionar deve ser - com o perdão do adjetivo eclesiástico - sagrado na ciência, um pressuposto científico. Contudo, o questionamento precisa pressupor o diálogo, inclinação que parece prescindir das suas afirmações e questionamentos, Richard. Isso fica muito evidente quando

você assume, na entrevista mencionada, que tais conceitos - como o de cisgeneridade e cисnatividade - parecem ter sido criados com base em interesses políticos em detrimento dos científicos. Para você, trata-se de uma tentativa de priorizar as questões do movimento trans frente às questões lésbicas, homossexuais e bi/pansexuais, já que, em sua entrevista, você destaca que pessoas cisgênero de sexualidades dissidentes estariam mais próximas da "normalidade" do que pessoas trans.

Temos, portanto, a denúncia da existência de uma relação hierárquica. Uma hierarquia - baseada em uma relação dicotômica - que atribui mais importância à dissidência de gênero, além de invisibilizar a sexualidade de pessoas trans. Da mesma forma, ao afirmar que pessoas trans estariam buscando "garantir o monopólio" por meio de suas estratégias políticas, você, Richard, pressupõe a existência de um monopólio e, portanto, de um sistema hierárquico. Surpreso, pergunto a mim mesmo: que monopólio estaria sendo assegurado pelo movimento trans? Os mais recentes resgates históricos apontam para registros de pessoas trans sendo pioneiras nos movimentos LGBT na luta por direitos para todas as identidades abrangidas por essa sigla, exceto para si

mesmas. Das diversas realidades contempladas pelo acrônimo LGBT, a única presente no CID e no DSM é a transgeneridade, sob o rótulo de "incongruência de gênero" - embora essa patologização conceda acesso a certos direitos, sendo uma forma encontrada para mitigar nossas angústias sob a perspectiva cisgênera. Na esfera acadêmica, tive professores LGBs, mas nenhum professor trans, e fui o primeiro professor trans assumido de todas/os estudantes que tive - seria este um caso isolado? Será que meus estudantes deram tanto azar assim? A maioria dos nomes proeminentes na produção intelectual sobre gênero e sexualidade no Brasil são cisgêneros - e aqui temos um fato facilmente verificável, não apenas o relato de uma existência. Qual monopólio teria sido garantido? Pergunto-me se, em sua preocupação em revelar as estratégias de deslegitimização dos estudos de gênero empreendidas pelos movimentos fundamentalistas de extrema direita, você, Richard, não acabou por assimilar algumas destas estratégias nos seus argumentos, ao buscar uma "agenda oculta" por trás da criação de dois conceitos caros aos estudos transfeministas.

DO ATO DE BUSCAR A NEUTRALIDADE

E, de fato, as semelhanças entre sua linha argumentativa,

Richard, e de políticos e representantes da direita fundamentalista brasileira não param por aqui. Em uma tentativa de desqualificar a linguagem inclusiva, você indaga: "a linguagem precisaria ser neutra para garantir igualdade? A neutralidade de gênero na linguagem é possível? Seria tal proposta adaptável ao português sem criar ruídos comunicacionais como os evidentes percalços que cria para aqueles que usam equipamentos para ler?" ((Marcelo, 2021, s.p.).

De fato, ao destacar as possíveis inconveniências que alterações na linguagem podem acarretar para aquelas pessoas mais vulneráveis, o autor utiliza um argumento amparado pelo discurso do próprio movimento de extrema direita. Não entrarei na discussão sobre o quão paternalista esse argumento pode ser, uma vez que muitas pessoas já abordaram esse tema - recomendo a leitura de escritos da linguista Jana Viscardi (2020), que ressalta a importância de que esse tipo de argumento não seja instrumentalizado para desqualificar a linguagem inclusiva, mas sirva para convocar as empresas desenvolvedoras de softwares de leitura a apresentarem soluções não apenas para esta questão, mas para a leitura de abreviações já consagradas pela gramática descritiva, como as palavras

vc e tb. Dito isso, abordarei o assunto desde as contribuições dos estudos pós-estruturalistas sobre linguagem.

Nesta perspectiva, não estamos falando de uma linguagem neutra, uma vez que sabemos que a neutralidade é um conceito ilusório. Estamos discutindo a linguagem inclusiva ou não-binária. Pessoalmente, prefiro o termo linguagem inclusiva, pois entendo que a proposta em questão vai além da rejeição à binariedade linguística, incluindo a humanização da língua por meio de movimentos linguísticos como o *person-first language*, que assume a importância de referencermos a existência de um ser humano maior que as suas características. Explico evocando a frase pessoa com deficiência. Nessa, a deficiência se torna apenas um adjetivo associado a um ser humano, não definindo, assim, a pessoa a partir de seus marcadores sociais, como o faz a expressão *deficiente*. Considerando que lidamos com a língua portuguesa, na qual não há, via de regra, escapatória à flexão de gênero, torna-se inviável sustentar uma linguagem inclusiva sem efetuar mudanças estruturais. Pesquisadoras e pesquisadores da ciência cognitiva e da linguagem, como Lera Boroditsky, têm desenvolvido trabalhos significativos que evidenciam o impacto da

linguagem na construção da realidade. Em seus estudos, a autora demonstra os efeitos de uma linguagem condicionada pela necessidade de atribuir gênero a objetos e pessoas. Em exemplo intrigante, Lera (2017) demonstra diferenças nas percepções de objetos, como uma ponte, por meio de línguas que a concebem a partir da flexão de gênero feminino, em comparação com sistemas linguísticos que a concebem a partir do gênero masculino. Como efeito, é possível vislumbrar o poder condicionante de uma estrutura linguística na construção de outras perspectivas de mundo, uma vez que, em sua pesquisa, Lera percebe que a esse mesmo objeto são atribuídas características tradicionalmente consideradas femininas ou masculinas, dependendo da flexão de gênero empregada pela língua em questão.

Nesse sentido, nenhuma das mudanças propostas pela linguagem inclusiva tem como objetivo tornar a linguagem neutra, uma vez que tais mudanças assumem a língua como um sistema interessado e propositivo. Nesse ponto, concordamos: não existe uma linguagem neutra, da mesma forma que não há uma compreensão neutra de gênero. Os estudos de gênero estão empenhados justamente no movimento contrário, isto é, o de denunciar

a falácia que é a ideia de neutralidade, quando o assunto é língua, política, sociedade e, obviamente, gênero. E assim, não havendo garantia de neutralidade, não há, consequentemente, garantia de igualdade na linguagem inclusiva. No entanto, pergunto a você, Richard: onde está a solução mágica que sozinha perpetuará a igualdade - para usar um termo que você mesmo usa - de gênero? Porque, se comprehendo bem sua provocação, mais do que pressupor que a resposta para a igualdade de gênero não está nas proposições de linguagem inclusiva, ela pressupõe sua existência em alguma outra proposição que não seja esta. Curioso, no entanto, que tal suposição vá de encontro a tantos escritos de gênero. De fato, os estudos de gênero trabalham no sentido de evidenciar diversas modificações estruturais que precisam se efetivar para que a equidade - prefiro este termo do que igualdade, por suas implicações conceituais - de fato se torne uma possibilidade. Nesse sentido, a linguagem inclusiva não promove por si só equidade, assim como não há em nenhuma outra proposta de mudança estrutural, social, linguística, econômica, etc. solução para esse problema. Isto porque equidade tende a ser um processo e, portanto, um problema contínuo e complexo, na medida em que não há iniquidade estanque, mas sempre relativa ao sistema político, social, cultural, religioso e econômico vigente.

Diante, portanto, da tal complexidade, pergunto a você, Richard: caberia desqualificar uma estratégia entre tantas, sob a justificativa de que ela, sozinha, não é capaz de dar conta do todo?

Assim, considerando todas as afirmações ou questionamentos que você, Richard, evocou e que foram recuperados neste texto, penso que sua estratégia não é, efetivamente, denunciar a ineficácia da linguagem inclusiva na promoção da equidade de gênero. Parece-me que seu foco aqui é outro, qual seja, o de desqualificar a própria estratégia em si e, com isso, lançar suspeição sobre as existências que dela (também) dependem. Isso fica evidente em suas elaborações sobre a não-binaridade. Na mesma entrevista que inspirou o presente texto, você equivale a não-binaridade a um "modismo", especulando sobre sua possível equivalência a um perfil em rede social, em uma tentativa, ao que parece, de atribuir à não-binaridade menor valor ou peso social. Curioso que, para sustentar seus questionamentos acerca da não-binaridade, você, Richard, recorre a uma série de binarismos, os mesmos que autoras/es que você evoca em seus próprios escritos, como Judith Butler, criticam. A simplificação das relações online/offline que você promove

em sua fala é um exemplo, sendo esta uma afirmação que parece pressupor uma fronteira muito nítida entre realidade e virtualidade, na qual a última é delegada ao âmbito do "faz de conta". Além disso, para lançar suspeição sobre a não-binariedade, você ainda questiona se esta não seria um produto da cultura jovem contemporânea, numa tentativa óbvia, explícita e, eu diria, constrangedora, de atribuir menos valor à sua existência. Constrangedora, Richard, porque assim o fazendo, você deslegitima as demandas das juventudes, assumindo estas como frívolas, e, também imateriais - porque virtuais. Como se uma autoclassificação assumida também por jovens - visto que não apenas, sendo o autor deste texto uma pessoa de 34 anos e, portanto, uma prova viva disso - fosse menos real que as classificações sociais historicamente legitimadas *feminino* e *masculino*, *homem* e *mulher*. Assim, você, Richard, ignora que tais classificações só encontram legitimidade a partir de processos históricos e são constantemente negociadas através de lutas contínuas - promovidas também pelos "frívolos" e "passageiros" movimentos juvenis.

Entretanto, quando você afirma que "[a]utoclassificar-se como isso ou aquilo no que se refere ao gênero expressa tanto insatisfação com a identidade atribuída socialmente

à pessoa como a expectativa de deter o poder sobre o gênero" (Marcelo, 2021, s.p.) encontramos um ponto de acordo. Estamos, de fato, Richard, em busca de poder. Só que você continua sua afirmação de modo a sentenciar tal batalha ao fracasso, ao afirmar que gênero é, antes, "o resultado de regimes regulatórios, em que o gênero é sempre atribuído a nós pelos outros, pela sociedade, pelo aparato médico-legal, por exemplo". Não que você esteja de todo errado, Richard. No entanto, acredito que há um ponto de revisão importante aí. Você pressupõe que a busca por poder sobre o gênero implica uma busca equivalente ao poder do gênero, isto é, uma busca por controle. Não é esta a nossa busca, Richard. Nossa busca é por poder, mas não pelo poder substantivo; é pelo poder verbo, pelo poder ser. É como admite Alok Vaid-Menon (2022, s.p.), artista e ativista estadunidense: "Eu aprendi o gênero através do constrangimento" (tradução minha). O constrangimento é, portanto, uma das tantas formas do gênero como poder. Seria, no entanto, esta sua única forma? Teria o gênero poder de liberdade? Se assumimos o poder do gênero como o poder de controle, ou que o gênero é uma prescrição dos outros sobre nós mesmos e esta é a condição própria do gênero, de que adiantam nossas lutas? Lutamos para quê? Você, Richard, sentencia o gênero a um eterno fardo que carregamos, e,

mais do que isso, assume que este sempre assim o será. Não há gênero para além do gênero, não há escapatória. E ainda assim, nós, pessoas não-binárias, estamos aqui. E sim, Richard, é verdade que algumas autoras dos estudos de gênero, como Judith (2000), questionam se, ao tensionar as fronteiras, não estaríamos construindo algo diferente do gênero. Ainda assim, Judith jamais se colocou contrária às formas de contestação do gênero, ou mesmo afirmou que contestá-lo ou superá-lo era impossível. Judith (2013) demonstrou a força do efeito performativo, mas sempre encontrou espaço para resistência, sobretudo porque assumiu a linguagem como meio pelo qual o gênero em ato se efetiva. A linguagem muda, por que o gênero não mudaria?

DO ATO DE PROPOR

Ao final, parece-me que seus questionamentos, Richard, antes de prepararem o território para germinar a semente do diálogo, permitem-nos visualizar duas problemáticas. Primeiramente, o medo da perda do monopólio dos estudos da/sobre sexualidade, aliado à complexificação da percepção de seu próprio lugar no mundo enquanto pessoa cisgênero. Relações simplistas como oprimido x opressor oferecem uma resposta, por vezes, acalentadora àquelas/es que se vêm no lugar de oprimido, mas

incômoda quando já não é possível sustentar este lugar sem abdicar de um olhar mais complexo. O segundo parece estar em um problema próprio dos estudos pós-estruturalistas e já sinalizado por vertentes como a decolonialista, qual seja, o de que o foco dos estudos pós-estruturalistas está no olhar crítico-reflexivo, abstendo-se de assumir uma postura mais propositiva. Parece-me que a não-binaridade e a linguagem inclusiva adentram os estudos de gênero como realidades propositivas. Mais do que criticar os binários, coloco-me no mundo como resistente a eles, coloco-me no mundo como sujeito de um gênero em processo. Aliás, ouso assumir que, ao falar de não-binaridade, não falamos apenas de uma expressão de gênero. Falamos de uma postura ética e estética no mundo, para evocar aqui o filósofo Francês Michel Foucault - sim, também estou cansado do Michel, mas peço perdão à/ao leitor/a de antemão, pois não conheço nenhuma outra pessoa autora que relate a ética e estética de modo tão ressonante para mim. Não-binaridade diz respeito a uma ética, à ética da resistência aos binarismos, à naturalização dos processos. Também diz respeito à estética, uma vez que o gênero está, também, neste âmbito. Colocar-se no mundo enquanto pessoa não-binária implica rechaçar a leitura de outras

pessoas sobre nós mesmas/es/os. Implica resistir a leituras apressadas e fascistas. Não-binaridade, mais do que uma expressão de gênero, é um modo de existência e resistência. Nada de romantizar a não-binaridade, porque não há nada de romântico em gritar para o mundo que você deveria ter o direito de falar de si mesmo antes dos outros. É um processo doloroso, penoso, cansativo. Implica, sem dúvida, muito mais que a autodenominação, mas é por ela que este processo começa. E para autodenominar-me, preciso da língua. É por isso que, mais do que criticar a língua, propomos uma alternativa que, como toda a proposição, coloca a cara à tapa: é passível de acertos e erros, mas porque busca promover a mudança. Um lugar desconfortável, vulnerável e provocativo, mas necessário.

NOTAS

[1] Gozando da liberdade criativa e estilística que um ensaio teórico me permite, assumo o primeiro nome das pessoas autoras como forma de resistência às normas científicas que adotam a perspectiva do norte global sobre que classifica o sobrenome como o mais importante. No Brasil, o primeiro nome é aquele que nos define: chamamos os outros e nos reconhecemos por ele. Por que, então, assumir o sobrenome como referente para reconhecer uma autoria? Consequentemente, organizo as referências bibliográficas deste texto a partir do primeiro nome das pessoas autoras.

REFERÊNCIAS

ALOK Vaid-Menon. Interview. Mixte Magazine (site). 12 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.mixtemagazine.com/article/alok-vaid-menon-i-learned-gender-through-other-peoples-shame/>. Acesso em: 29/03/2024.

BRANDON, Ambrosino. Como Foi Criada a Heterossexualidade Como a Conhecemos Hoje. BBC News Brasil (site). 11 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-40093671>. Acesso em: 29/03/2024.

JUDITH, Butler. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

JUDITH, Butler. Changing the subject: Judith Butler's Politics of Radical Ressignification. Gary Olson and Lynn Worsham, JAC 20 (4), 2000.

JANA Viscardi. *Língua Para Todes: um ensaio sobre o gênero neutro*. Marie Claire (site). 08 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Comportamento/noticia/2020/12/lingua-para-todes-um-ensaio-sobre-o-genero-neutro.html>. Acesso em: 29/03/2024.

JONATHAN Katz. *A Invenção da Heterossexualidade*. Ediouro, janeiro 1996.

KÜBRA Gümüşay. Brainwash Bits: the power of language. Brainwash, 03 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zqfrMI4klEg>. Acesso em: 29/03/2024

LERA, Boroditsky. How Language Shapes the Way We Think. TEDWomen, novembro, 2017. Disponível em: https://www.ted.com/talks/lera_boroditsky_how_language_shapes_the_way_we_think. Acesso em: 29/03/2024.

MARCELO, Menna Barreto. Avanços, equívocos e retroprocessos nas lutas identitárias. Extra Classe (site). 15 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2021/10/avancos-equivocos-e-retroprocessos-nas-lutas-identitarias/>. Acesso em: 29/03/2024.

RICHARD, Miskolci. Batalhas Morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada. Editora Autêntica. 2021.

SOFIA Fávero; JOÃO Maracci. *Por que Falamos em Cisnatividade?* Le Monde Diplomatique Brasil (site). 9 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/por-que-falamos-em-cisnatividade/>. Acesso em: 29/03/2024.